

Bruno Franco Medeiros  
Valdei Lopes de Araújo



## A história de Minas como história do Brasil

Diferentemente do paradigma universalista, então hegemônico na historiografia brasileira, a criação do Arquivo Público Mineiro veio consagrar um modelo de tipo corográfico como pré-requisito para a construção de uma história geral do Brasil.

> Na segunda metade do século XVIII, o que chamamos hoje de história regional se enquadraria no conceito amplo de histórias particulares. Essas histórias eram particulares em oposição a um outro conceito complementar, o de história geral. Uma história particular poderia ser definida por sua temática específica, como a história militar, literária e eclesiástica, ou por seu recorte espacial circunscrito.

A essa compreensão da escrita da história correspondia um conjunto de formas literárias próprias, muitas delas especialmente talhadas para oferecer um tratamento temático, mais do que cronológico, ao material recolhido. Para as histórias particulares de recorte espacial, a corografia foi certamente a forma mais cultivada.

### Histórias locais e particulares

O formato corográfico é bastante antigo, alguns autores o identificam em textos de escritores gregos e romanos.<sup>1</sup> Sua prática esteve associada à historiografia antiquária e erudita, que ao longo dos tempos modernos especializou-se na chamada história local, por oposição à grande tradição da história política clássica. A historiografia produzida pelos antigos era caracterizada pelo intenso uso de documentação, assumindo geralmente formas não narrativas para a exposição do material. No mundo português, a corografia esteve estreitamente associada à atividade militar e administrativa, sendo utilizada para o reconhecimento dos novos territórios e populações. Essa ligação entre corografia, atividade militar e administração é um dos traços de permanência da tradição corográfica portuguesa.

No século XVII, na parte introdutória de sua *Geographia Generalis*, publicada em 1650 em Amsterdã, Bernardo Varenius repetia uma longa tradição ao dividir a geografia em dois grandes campos:

Geografia *Geral* ou *Universal* é aquela que considera a Terra em conjunto e explicita suas pro-

priedades sem levar em conta as particularidades de cada região. Chama-se *Especial* ou *Particular* aquela que estuda a constituição de cada uma das regiões, e que se subdivide em: corografia e topografia. A corografia mostra a descrição de alguma região que tenha uma extensão maior e a topografia descreve com detalhe um lugar ou uma pequena extensão da Terra.<sup>2</sup>

Essa mesma definição pode ser encontrada no verbete *corografia* do *Vocabulário Portuguez e Latino*, publicado por Rafael Bluteau na primeira metade do século XVIII, permanecendo sem grandes modificações ao longo do século XIX. Essa estabilidade da definição do léxico escondia profundas transformações no gênero, que precisou se adaptar aos diferentes paradigmas de conhecimento.

No Brasil, a forma corográfica ofereceu a possibilidade de enfrentar a dispersão real e simbólica do território. Na impossibilidade de totalizar a experiência da América portuguesa em torno de imagens gerais efetivas, utilizava-se de um formato literário onde a fragmentação e a inconclusividade eram regras. A corografia associou-se ao memorialismo para a produção de conhecimento orientado pela metáfora do mosaico.<sup>3</sup> Assim como a experiência do passado se apresentava como a de um conjunto variado de histórias, também o espaço poderia ser descrito a partir de certas unidades autônomas, sem que as diversas lacunas no conhecimento oferecessem um obstáculo intransponível para o relato. O gênero adaptou-se muito facilmente à concepção de território aberto.<sup>4</sup>

Nesse conhecimento produzido a partir da metáfora do mosaico, os diversos relatos, escritos por diferentes autores, poderiam ser totalizados em um momento futuro. A história geral, algumas vezes chamada universal, era vista apenas como a correlação dessas histórias

especiais em um quadro mais amplo; por isso, era quase sempre entendida como tarefa para o trabalho em equipe. Assim fora concebido o projeto de uma *História Universal da América Portuguesa*, formulado pela Academia Brasileira dos Renascidos. Uma das primeiras iniciativas desse projeto historiográfico foi repensar a regionalidade do território americano, propondo novas formas de conceber sua divisão e, por consequência, as tarefas historiográficas a serem distribuídas.<sup>5</sup>

### História geral e histórias naturais

Entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX a história geral foi incorporada, em grande medida, às chamadas histórias naturais. Sem romper com a concepção de mosaico, as histórias naturais imprimiram um outro padrão de racionalidade, dirigido por um projeto sistemático de conhecimento da paisagem natural. No projeto dos Acadêmicos Renascidos, a América portuguesa inseria-se no grande livro da história através de um modelo providencialista e homogêneo de Ocidente. Na nova historiografia natural o território americano era assimilado aos padrões de racionalidade sistêmica recém-descobertos e que deveriam organizar o território de uma paisagem mundial hierarquicamente organizada.

No interior das histórias naturais, as corografias tinham uma inserção ambígua. Por um lado, eram fundamentais, na medida em que apresentavam a realidade local; por outro, sua ênfase nas particularidades tendia a chocar-se com o projeto centralizado e sistêmico. Os corógrafos, transformados em naturalistas, tinham dificuldades em reduzir seu próprio programa de uma história local às demandas por descrições taxonômicas. Esse longo processo de tensão e aprendizado pode ser identificado na correspondência entre os “naturalistas” locais e seus “mestres” na Europa.<sup>6</sup> Sob o ponto de

vista de um Estado metropolitano em processo de reorganização de seus padrões de dominação, a história natural apresentava maiores vantagens.

A centralidade assumida pela história natural só seria transformada com a emergência do programa das histórias nacionais modernas. Sabemos que no Brasil esse programa se constituiu ao longo do segundo quartel do século XIX, tendo como seu espaço privilegiado, mas não único, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Homens como Januário da Cunha Barbosa, Raimundo José da Cunha Matos e José Feliciano Fernandes Pinheiro participaram ativamente das lutas pela Independência brasileira e mantiveram uma preocupação constante em produzir uma história do Brasil a partir do evento fundador da nova nacionalidade. Pontos fundamentais desse programa já haviam sido elaborados por pensadores como Hipólito José da Costa, Luiz Gonçalves dos Santos, José da Silva Lisboa, José Bonifácio, entre outros, que desde 1808 procuraram entender a transplantação da Corte para o Rio de Janeiro como a aceleração de um lento processo histórico de emancipação da América portuguesa.

O programa de uma história nacional em recorte moderno exigia outras soluções políticas, formais e teóricas. Esse novo tipo de historiografia precisava reunir e coordenar um forte modelo explicativo geral, um aparato crítico/documental e um novo tipo de decoro na sua relação com o Estado. Na versão produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acabou por prevalecer um modelo que priorizava a história geral em detrimento das histórias particulares. A nova compreensão da história colonial enquanto um processo contínuo e totalizante anulava ou tornava indesejável a relativa autonomia que as histórias particulares gozavam até então.

### A hegemonia da história geral

Nos primeiros anos do IHGB, a prioridade da história geral não era aceita de modo consensual pelos sócios. Cunha Matos e Fernandes Pinheiro, ambos autores de importantes histórias particulares<sup>7</sup>, não mostravam disposição de abandonar os rumos de seus projetos de pesquisa para entrar em uma nova e incerta empreitada. Cunha Matos é enfático ao negar a possibilidade de uma história geral nas circunstâncias do conhecimento disponível: “[...] continuarei a sustentar que por ora não convém, nem é possível escrever de um só jato a história geral do Império do Brasil”.<sup>8</sup>

Para Januário da Cunha Barboza, o passo decisivo para a produção da história geral, ainda como obra coletiva, seria a definição das épocas históricas brasileiras. O tempo tornava-se a dimensão fundamental nesse projeto historiográfico. Já nas concepções de Cunha Matos e Fernandes Pinheiro, o espaço era ainda a dimensão a ser percorrida e esgotada. Aplicando o modelo que Jack P. Greene formulou para entender a criação de identidades corporativas coloniais em possessões do Império Britânico, poderíamos dizer que Cunha Matos e Fernandes Pinheiro oscilavam entre a fase um – a da descrição dos espaços físicos – e a fase dois, o relato dos melhoramentos da ocupação do território. A proposta de Cunha Barboza levava a narrativa para sua terceira fase, mais preocupada em demonstrar a identidade própria adquirida ao longo do processo histórico.<sup>9</sup>

No interior do Império português, a convivência de círculos concêntricos de formas identitárias regionais não parecia ser capaz de produzir grandes rearranjos políticos. No segundo quartel do século XIX, o

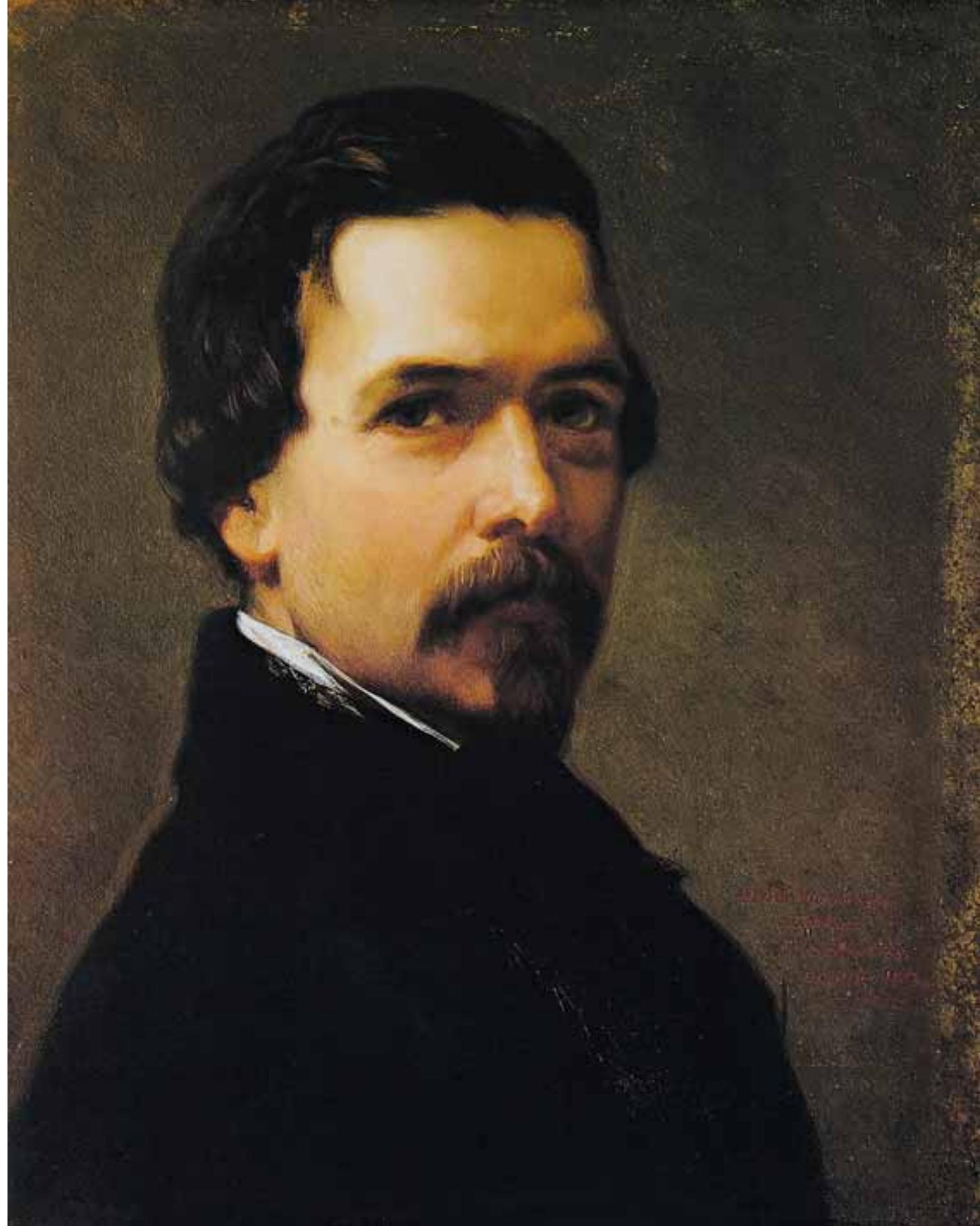
Estado nacional em constituição, em especial durante a experiência regencial, começou a perceber o potencial político dessas identidades locais e regionais. Já em 1827, em discurso na Câmara dos Deputados, o ainda liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos poderia ensaiar uma recepção positiva da Inconfidência Mineira, que poucos anos depois seria desprezada pela historiografia “oficial”:

É fama que os mineiros já pelo ano de 1790 conceberam o majestoso projeto de sacudir o jugo europeu: os homens mais gentis nas letras e nas armas eram apontados como os autores desta gloriosa empresa que não chegou a realizar-se. [...] Um destes varões ilustres perdeu a vida no patíbulo; outro, que eu chamarei o Catão das Minas, o sábio e intrépido Cláudio Manuel da Costa, foi assassinado na masmorra pelo visconde.<sup>10</sup>

Enquanto Cunha Barboza previa um debate mais substantivo em torno da definição das épocas históricas, em Cunha Matos o problema das divisões gerais foi rapidamente dado como resolvido para, em seguida, afirmar-se a necessidade de primeiro indagar a história particular das províncias, de modo que “[...] com bons materiais escrevê[ssemos] a história geral do Império brasileiro”.<sup>11</sup>

A discussão das épocas é deslocada rapidamente de uma preocupação com a periodização da história geral para a tarefa de se estabelecer uma *cronologia* exaustiva e crítica do Império do Brasil. Na diferença entre os dois caminhos, confrontavam-se uma *compreensão moderna de época* – enquanto período histórico com identidade e definição intrínsecas – e uma *compreensão tradicional*, ligada à cronologia, que entendia as épocas como simples marcos temporais. Por isso, não se deve estranhar que a maior parte da contribuição histórica de Cunha Matos esteja disposta na forma de

Retrato de Adolpho Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (São João de Ipanema, SP, 1810 - Viena, Áustria, 1878). Frederigo Medrazo y Kuntz (Roma, 1815-Madrid, 1894), óleo s/ madeira, 1853, 46 x 37,5 cm. Arquivo Museu Nacional de Belas Artes, RJ. In: SOUZA, Alcides Meira de (Ed.). O Museu Nacional de Belas Artes. São Paulo: Banco Safra, 1985.



tábuas cronológicas e corografias.

O método que propunha como alternativa ao da história geral previa a construção e o aperfeiçoamento da cronologia e estabelecimento crítico das fontes. Era uma variação do tipo antiquário, que, nas palavras de Momigliano, é um homem que se interessa mais pelos fatos históricos do que pela história.<sup>12</sup>

Temos então dois modelos historiográficos: o primeiro mais preocupado em estabelecer o sentido geral do desenvolvimento histórico do Brasil, o segundo voltado para o trabalho virtualmente infinito de estabelecimento factual:

Como será possível escrever uma história filosófica do povo do Brasil antes de *levar ao cadinho da censura mais severa o imenso fardel de escritos inexatos, insulsos, indigestos, absurdos e fabulosos anteriores ao ano de 1822*.<sup>13</sup>

É desnecessário dizer que o cânone da história nacional brasileira segue o modelo proposto por Januário da Cunha Barboza, e encontra na *História Geral do Brasil* de Varnhagen sua maior realização. A história geral foi capaz de produzir um equilíbrio entre as demandas eruditas de crítica e acúmulo documental,<sup>14</sup> a forma narrativa e a exibição de uma interpretação geral da formação histórica da nacionalidade que preservava e projetava o Estado Imperial centralizado como grande personagem do relato.<sup>15</sup>

### Ciência e região

Todos os historiadores que sucederam ao autor de *História Geral do Brasil* viveram à sombra do livro que se tornou a referência fundamental na historiografia brasileira oitocentista e que sobejou o século XIX. Polemizando com Capistrano de Abreu, Sílvio Romero especulou sobre a possibilidade do aparecimento de

uma história do Brasil que superasse a de Varnhagen em fins do século XIX. Em nota a um trecho de sua *História da Literatura Brasileira*, diz o seguinte:

Nós mesmos, durante mais de trinta anos, nos deixamos iludir, e chegamos a esperar, com ansiedade, a *História do Brasil* prometida por Capistrano. Sabíamos que ele é grande conhecedor dos nossos fatos históricos e por isso, para o estimular, lhe fizemos rasgados elogios na memória que inserimos no *Livro do Centenário do Descobrimento do Brasil*.<sup>16</sup>

Porém, sabemos que Capistrano de Abreu nunca chegou a concluir uma história do Brasil. Escreveu basicamente monografias dedicadas a assuntos particulares, como, por exemplo, os escritos que versam sobre o povoamento dos sertões. Em polémica com Capistrano, Sílvio Romero o caracterizou como um historiador “micrológico e de minúcias”, ao mesmo tempo, escreveu que João Francisco Lisboa, autor de *Apontamentos para a História do Maranhão*, foi melhor historiador do que Varnhagen, além de conferir elogios exaustivos às *Memórias do Distrito Diamantino*, obra do mineiro Joaquim Felício dos Santos. Característica singular a essas duas obras é o fato de dedicarem sua narrativa ao estudo particular das províncias, o que indicia um desejo, por parte de Romero, pela regionalização monográfica do conhecimento histórico do país.<sup>17</sup>

O que parece nascer dessa polémica que envolvia não só Romero e Capistrano, mas todos aqueles que num momento decisivo de transformação no regime político do país dedicavam seus estudos à história nacional, é a especialização do objeto de estudo, principalmente no recorte espacial, algo semelhante ao que acontecia com o nascimento das ciências sociais no fim do século XIX. A partir da década de 1870 as idéias evolucionistas e cientificistas começam a aportar no Brasil, chocando-se

com a sensibilidade romântica que permeava os estudos literários e históricos.

Junto com a República vinha também a necessidade de reorganização da história nacional e de sua relação com os Estados federados. A querela entre histórias gerais e histórias particulares alcançou um novo patamar. Os estudos monográficos regionais e temáticos estavam potencialmente mais adaptados ao novo padrão de cientificidade que emergia, bem como com as novas demandas políticas.

Não devemos pensar que a hegemonia do modelo da história geral no século XIX significou o abandono das histórias particulares. Por vários motivos elas continuaram a ser produzidas. Em primeiro lugar, sua ênfase no acúmulo dos vestígios antigos, dos monumentos e efemérides parecia responder a uma vontade de passado que o modelo da grande história política era incapaz de satisfazer plenamente.<sup>18</sup> Associado ao desejo de recuperar ou tocar o passado, essa historiografia local/erudita era necessária no enfrentamento dos períodos de grande aceleração do tempo histórico, nos momentos de transição em que os contemporâneos se percebiam como perdendo contato com a tradição.

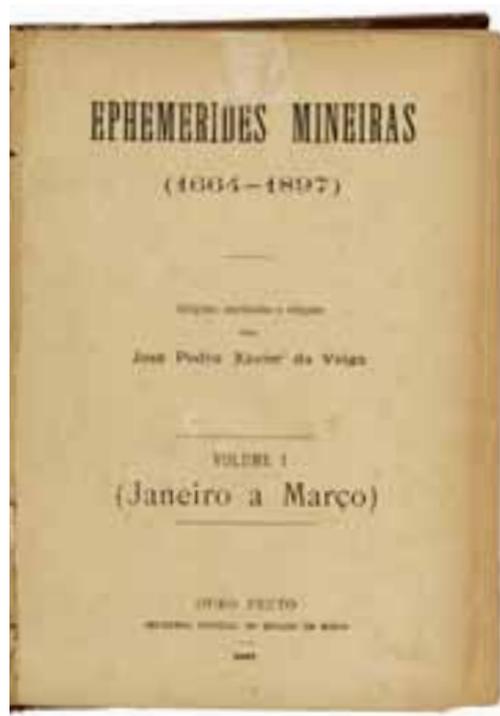
Em segundo lugar, essa tradição historiográfica transformou-se em uma forma de resistência ao modelo político hegemônico representado na história geral. Especialmente em Minas, a leitura liberal da formação do Estado como elemento aniquilador das autonomias locais alimentou uma tradição historiográfica subterrânea, na qual foi produzida uma leitura alternativa do processo de Independência que valorizou as diversas iniciativas do período colonial. Mesmo que o depois conservador Vasconcelos não estivesse mais disposto a recuperar as revoltas coloniais como parte da história da Independência, outros autores não deixariam de fazê-lo.<sup>19</sup>

As corografias, memórias, efemérides, cronologias e anais tornaram-se gêneros menores ou auxiliares quando vistos da perspectiva da grande tradição nacional, mas foram também lugares de resistência. A criação do Arquivo Público Mineiro (APM) deve ser vista no interior desse novo momento qualitativo na relação entre esses dois grandes veios historiográficos. A República e um novo padrão de cientificidade levariam a uma revalorização dos gêneros utilizados na redação das histórias locais.

### Uma nova história

O advento da República sinalizou a preocupação com um novo regime de historicidade para Minas Gerais. A crise do Império tornou mais perceptiva a aceleração do tempo histórico, produzindo uma sensação de atraso e letargia que o novo tempo republicano procuraria exorcizar. Fazia-se necessária a reorganização histórica das antigas províncias – agora Estados da Federação – que, a partir desse momento, concorriam com seus elementos históricos “singulares” na disputa por posições no cenário político nacional.

A criação do APM, pela Lei n. 126, de 11 de julho de 1895, procedente de um projeto apresentado à Câmara dos Deputados pelo Dr. Levindo Ferreira Lopes, repercutiu o novo contexto político e historiográfico. A direção do Arquivo nos primeiros anos foi delegada a José Pedro Xavier da Veiga, figura marcante na instituição mesmo depois de sua morte, em 8 de agosto de 1900. Polígrafo como muitos de sua geração, Xavier da Veiga dedicou-se ao jornalismo, à poesia e à história, contribuindo para a redefinição do significado do histórico de Minas Gerais tanto com seus trabalhos no APM quanto pela confecção monumental das *Efemérides Mineiras*.



Página de rosto das *Ephemerides Mineiras*, 1664-1897. Colligidas, coordenadas e redigidas por José Pedro Xavier da Veiga. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1897. Biblioteca do APM - OB 006.



Último retrato do Comendador José Pedro Xavier da Veiga (Campanha, 1846 - Ouro Preto, 1900) publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XIX, Belo Horizonte, 1921.

Analisando a atuação de Xavier da Veiga, pretendemos mostrar as novas expectativas em torno da história de Minas Gerais nos primeiros anos da República. Vale lembrar que Sílvio Romero, ao destacar os historiadores que compunham a cena brasileira em sua *História da Literatura Brasileira*, listou o nome de Xavier da Veiga entre os historiadores renomados. Dentro da cronologia temática de Romero acerca de nossa historiografia, Xavier da Veiga é citado na *Fase das monografias eruditas*.<sup>20</sup>

Como vem sendo discutido até aqui, durante o Império, a escrita das histórias não-nacionais estavam sujeitas ao crivo hierarquizante da história geral. Xavier da Veiga percebia essa hierarquização como reflexo de um arranjo político altamente centralizador:

Vigente o Império, os Estados não poderiam progredir, ainda que bem o quisessem; porque não tinham autonomia, sendo sempre os presidentes da província filhos de outras, às vezes longínquas. Era um meio de que se valia o poder central para ter tudo fechado nas mãos.<sup>21</sup>

Com o advento da República, as condições estruturais para a escrita da história de Minas alteravam-se profundamente: “Estabelecido com a República o regime federativo, isto é, descentralizada a vida nacional e despertados os Estados da velha apatia letárgica, já começam eles a prover sobre a necessidade, essencial à própria autonomia, de organizarem séria e sistematicamente os seus Arquivos”.<sup>22</sup>

O fundador do APM constantemente reclamava que, ao tempo do Império, todos os documentos mineiros estavam jogados a esmo em arquivos locais, “amalgamados num verdadeiro labirinto sem fio condutor”. Xavier da Veiga traçava a metanarrativa dessa nova história regional, uma vez que estabelecia a mútua dependência entre o crescimento dos Estados no regime fede-



Rodolpho Jacob, primeiro secretário-arquivista do Arquivo Público Mineiro. Aparece no centro da foto, apoiado num guarda-chuva, com seus irmãos João Júlio, Francisco, Emílio e Benjamin (sentado). Fotografia de Simeão Mauro, Ouro Preto, circa 1896. Coleção Luis Augusto de Lima, Nova Lima, MG.



Página de rosto do livro *Minas Geraes no XXº século - volume 1: sumário geográfico; indústria agrícola e pastoril; Minas e indústria mineral; indústrias diversas; força hidráulica, Comércio, vias de comunicação*, de Rodolpho Jacob. Rio de Janeiro: Gomes Irmãos & C., 1911.

rativo e as condições para a escrita de suas histórias. O conhecimento do passado aceleraria o processo histórico, que, por sua vez, criaria as condições de possibilidade para a escrita da história local.<sup>23</sup>

Como percebemos, o APM proporcionou ao projeto político de reconstituição histórica de Minas Gerais um local de produção de conhecimento a respeito desse passado, bem como um lugar simbólico que resguardava uma unidade territorial ainda carente de delimitações precisas. A preocupação de Xavier da Veiga com a história do Estado é anterior a sua nomeação para o cargo de diretor do Arquivo. Quando tomou conhecimento do incêndio que ameaçou a Torre do Tombo, escreveu:

[...] referindo-se [Teófilo Braga] a um incêndio que ameaçou recentemente destruir a Torre do Tombo, conta-nos a apreensão esmagadora que por alguns minutos dominou-o, persuadido, como estava, que “extinto esse riquíssimo e incomparável Arquivo, *Portugal perdia os documentos de sua autonomia moral*, e ficava reduzido a um simples território que mais facilmente se tornaria um anexo de Espanha”.<sup>24</sup>

#### Papel do APM

Colocando em jogo a autonomia moral e territorial de Minas, Xavier da Veiga apelava para a constituição do APM como forma de prevenir tamanha tragédia. Durante 18 anos, apreensivo com a notícia de Teófilo Braga, Xavier da Veiga prosseguiu seu trabalho em busca dos documentos que poderiam orientar a formação histórica autônoma de Minas Gerais. Ao final desse período vinham a lume os projetos do Arquivo e das *Efemérides*. A organização do trabalho historiográfico de crítica e estabelecimento documental no formato cronológico evidenciava a ligação

desse empreendimento com a tradição da história local e erudita.

Apesar de reconhecer que reunir documentos sobre a história de Minas – “já duas vezes secular” – seria uma tarefa árdua e não muito facilitada, Xavier da Veiga enfrentava o desafio com uma compreensão fechada e objetificante da tarefa. Aquilo que realizasse poderia, sem dificuldade, ser continuado por outras gerações. Entender Minas Gerais como um grande labirinto documental significava pressupor uma unidade histórica preexistente, apenas aguardando quem, com o método e a disposição suficiente, revelasse todos os seus corredores e limites.<sup>25</sup>

Thomas Richards, em seu livro *The Imperial Archive*, analisa fenômeno similar ao estudar o controle e a sensação de controle que instituições como o *British Museum*, a *Real Geographical Society* e o *India Survey* produziam sobre as possessões territoriais britânicas no final do século XIX. Essas instituições lançavam mão da metáfora do arquivo como chave para o tipo de produção de conhecimento que se exigia para o controle do Império.<sup>26</sup> Era muito mais fácil unificar um arquivo feito de papéis do que um império feito de território.<sup>27</sup> Fenômeno semelhante parece ter orientado a constituição do APM. Tendo em vista a impossibilidade real imediata de unificação do Estado de Minas a partir do seu território proteiforme, o Arquivo cumpria o papel de unificação a partir de documentos e textos que pudessem conferir uma imagem ao novo sujeito histórico – Minas Gerais – que surgia com a República.

A grande vantagem do arquivo enquanto metáfora central dessa *episteme* é sua capacidade em lidar com grandes vazios e reunir uma massa imensa de informação que, em suas partes isoladas, não possuem significado geral, mas que reunidas no Arquivo produzem a imagem e a sensação de unidade. Carlo

Ginzburg situa no fim do século XIX o aparecimento de um modelo epistemológico nas ciências humanas baseado no detalhe, no particular como forma de articulação de um conhecimento maior sobre o objeto analisado, que, ao final da junção das particularidades, demonstraria uma imagem total do objeto fragmentado.<sup>28</sup>

O Arquivo seria a representação ideal de uma unidade territorial e histórica, as *Efemérides Mineiras*, o fio condutor que deveria guiar o viajante pelo território simbólico das Minas Gerais. As *Efemérides* procuravam estabelecer o início e o fim, o *mythos*, para a escrita de uma história regional. Através da ênfase na vasta documentação coletada, surgia um dos pilares que naquele momento permitiria escrever a história de Minas. Frizando a importância dos documentos para a escrita da história, Xavier da Veiga dizia o seguinte:

Sem eles – obscurecida ou deturpada a verdade dos fatos à feição dos interesses e das paixões, eliminadas as fontes de que emanam para a História a própria origem e a austeridade fecunda de seus conceitos – não raro carecia o investigador sincero ser iluminado, o que só alcançam gênios privilegiados, dessa “intuição quase profética do passado, intuição às vezes mais difícil que a do futuro”, na frase profunda do ilustre Alexandre Herculano.<sup>29</sup>

Identificando nos documentos a força máxima da possibilidade de escrita de uma história autônoma de Minas Gerais, Xavier da Veiga cuidava para que, por meio da manutenção de um Arquivo e da redação de uma obra como as *Efemérides*, se pudesse iniciar o projeto de constituição de uma história de Minas Gerais enquanto um “sujeito histórico” e não mais como uma parte constitutiva e sempre ligada ao plano de uma história geral do Brasil.

É consenso entre os analistas da *História Geral do Brasil* de Varnhagen que um dos méritos principais do historiador foi a constatação da impossibilidade de escrita da história do Brasil sem documentos. O “Heródoto” brasileiro buscava documentos em coleções particulares, arquivos, bibliotecas. Trabalho de um erudito, a *História Geral* foi escrita com base em documentos originais. Xavier da Veiga já considerava os documentos indispensáveis na constituição da história de Minas Gerais. Essa preocupação demonstra uma afinidade do historiógrafo mineiro com a chamada Escola Metódica francesa, encabeçada por Langlois e Seignobos. Este último fora citado por Xavier da Veiga no prefácio das *Efemérides*. Os expoentes da escola francesa afirmavam enfaticamente:

*A história se faz com documentos.* Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado. Entre os pensamentos e os atos dos homens, poucos há que deixam traços visíveis e estes, quando se produzem, raramente perduram: *basta um acidente para os apagar. Porque nada supre os documentos: onde não há documentos não há história.*<sup>30</sup>

A mesma sensação da fragilidade do vínculo entre passado e presente – o documento – perpassa as observações de Teófilo Braga, a crise sofrida por Xavier da Veiga e as prescrições metodológicas dos autores franceses.

O APM surge no momento em que o romantismo enquanto movimento geral das idéias refluía, mas as inúmeras citações dos autores portugueses contemporâneos demonstra que a relação com o passado devia muito ainda à concepção orgânica do romantismo, aliada agora a uma obsessão progressiva, alimentada por um positivismo difuso, pelo fato histórico enquanto dado, partícula mínima de informação que algum dia poderia ser reunida

em uma imagem total da realidade.

A sensação de que a geração de 1870 vivia de aceleração do tempo histórico, motivadora da escrita de muitas memórias e recordações de sabor etnográfico, alimentava também no projeto do APM uma relação de resgate no trato com o passado. O passado se fazia urgente, bem como sua lembrança:

[...] a ingratidão cedo tornou a muitos *esquecidos*; injustiça ainda maior, explicável aliás pela ignorância dos que a praticam, faz de inúmeros outros *desconhecidos*; [...] o autor deste livro [*Efemérides*], escrito com a verdade e o coração, penetra [...] respeitoso no cemitério do nosso passado mineiro.<sup>31</sup>

Preocupado com o esquecimento de homens e fatos que fazem parte do passado mineiro, o historiógrafo resiste ao projeto de mudança da capital. A cidade de Ouro Preto representaria as melhores tradições da história de Minas, deixá-la para trás significava também abandonar o passado num afã obsessivo pelo progresso. Em artigo escrito para *A Ordem* (periódico editado por Xavier da Veiga) em 30 de abril de 1891, podemos notar o sentimento evocado com relação à mudança da capital:

Não comentarei semelhante indiferença ou tático contentamento ante a perspectiva de uma ruína colossal, pelos avultadíssimos valores de súbito destruídos e pelas preciosas tradições relativamente aniquiladas, tradições veneráveis, sempre respeitadas no Império e que, na República, de culto ainda mais fervoroso são dignas. Parece que na lamentável aberração, até a página gloriosa da Inconfidência ficou apagada e com ela a lembrança imorredoura dos primeiros mártires da liberdade nacional.<sup>32</sup>

Para quem pensava que a atitude do “povo mineiro” durante a colonização fora uma “Inconfidência permanente, protestante e conspiradora, que teve em 1789 o



Antiga sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, década de 1930. Fotografia reproduzida da revista *Ilustração Brasileira*, n. 50, ano XVII, junho 1939.

seu lampejo épico de sua mais alta indignação”,<sup>33</sup> trocar o passado pelas ordens estéticas do dia era um desafio e um risco para a escrita de uma história de Minas Gerais enquanto sujeito autônomo. A sensação de que o passado estava sendo deixado para trás tornava urgente o projeto de resgatar o *verdadeiro sentido da nacionalidade*, sentido este que somente a história dos mineiros poderia apontar.

Longe de ser um republicano radical, Xavier da Veiga herdara do Império a concepção da civilização enquanto continuidade histórica.<sup>34</sup> A República não poderia ser vista apenas como uma revolução ditada pela ordem do dia, deveria ser compreendida como evolução

natural da própria história do Brasil. Outros de sua geração empreenderiam tarefa semelhante. Ao explicar os objetivos que levaram seu pai, Francisco de P. F. de Rezende, a escrever sobre a história do Brasil após a República, Cássio Barbosa de Rezende dizia: “[...] estimular os sentimentos cívicos dos brasileiros, mostrando-lhes o que já havia de grande e heróico na sua história, e, ao mesmo tempo, concitando-os a que se mantivessem sempre unidos para que, sob o novo regime, pudesse o Brasil realizar os seus gloriosos destinos”.<sup>35</sup>

#### A corografia na nova história

O projeto da corografia mineira ganha fôlego com a

criação da *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)* em 1896. A revista tinha algumas seções permanentes sobre biografias, letras e artes, publicação de documentos inéditos e vulgarizados, corografias, dentre outras. Ao criticar a transferência da capital do Estado, Xavier da Veiga esboçou algumas opiniões que poderiam esclarecer o projeto de constituição de uma *corografia mineira*: “Uma vasta e rica capital, ventosa permanente sobre o corpo já quase exangue do povo mineiro, isto é, a plethora no cérebro e a paralisia nos membros – quando o princípio federativo pressupõe a vivificação do elemento local, única base possível da autonomia popular e do progresso do Estado.”<sup>36</sup>

O princípio federativo pressupunha a vivificação do elemento local, nada mais natural, portanto, do que delegar uma seção da *Revista* à descrição de lugares do Estado. Em 1891, Xavier da Veiga enviara um questionário, a ser respondido, para os distritos de paz de Minas Gerais. Esse questionário continha perguntas relacionadas aos aspectos físico, climático, histórico, social, enfim, procurava descrever o município com as características que lhe eram peculiares.

Entre caminhos e fronteiras teve início em Minas Gerais o que podemos entender como uma tentativa de constituição identitária promovida através do levantamento de materiais coletados das descrições dos municípios do interior do Estado. Mapeando o local – ou seja, o município –, esse processo originava redes imaginárias (e não somente imaginárias) que acabavam identificando a própria configuração cartográfica do regional – Minas Gerais – em vista de uma formação histórico-geográfica maior – o Brasil.

Na narrativa corográfica da *RAPM* percebemos que o ornamento e a ressonância estética compõem os recursos narrativos, enquanto na historiografia oficial não se permitia esse tipo de desenvolvimento. A descrição afetiva do território fazia confluir na corogra-

fia mineira aspectos vetados pelo decoro da grande tradição historiográfica nacional: o derramamento da subjetividade em descrições de paisagens ou na dramatização de personagens e eventos históricos.

Não só a função estética regulava esse tipo de escrita corográfica, também uma função científica que insistia em medir e classificar racionalmente a natureza observada. Porém, percebemos que essa racionalização da natureza local não esgotava a narrativa corográfica, sendo preciso recorrer a efeitos estéticos para completar as lacunas da descrição do quadro observado.

O desejo de mapear o lugar com classificações, demarcação de pontos de fundação, coloração na descrição da paisagem são marcas fortemente impressas nos relatos de lugares. Por meio de descrição abundante, procurava-se produzir no leitor um efeito de real, ao invés da simples seriação daquilo que era apreendido pelas lentes do corógrafo. Como nos mostrou Roland Barthes, é característica marcante de nossa civilização ter esse “gosto” pelo real, pelo “prestígio do que aconteceu”, atestado por diversos gêneros literários.<sup>37</sup> O corógrafo deveria ter olhos de agrimensor para medir a terra, olhos de etnólogo para tentar desvendar o estranho e fixar culturas alienígenas no mundo dos “brancos”. Através da *enargeia*, ou vivacidade, produzia-se a autópsia, ou seja, a “visão direta pela ação de estilo”.<sup>38</sup>

A acumulação exaustiva de documentos, na esperança de que algum dia pudesse ser escrita a história “geral” de Minas, marcou os primeiros anos do APM. Porém, Xavier da Veiga já tinha lançado as bases para a escrita da história através das *Efemérides*, constituída basicamente sobre uma cronologia. Já a corografia parece ter nutrido a sua configuração nas fontes dos relatos de viajantes-naturalistas que estiveram no Brasil durante o século XIX, e o tipo de historiografia influenciada pelos relatos de viajantes acabou desembocando no novo estilo adotado em muitas de suas

descrições corográficas.<sup>39</sup>

## Continuidades e rupturas

Em resumo, podemos perceber que o projeto histórico-gráfico movimentado pelo APM em seus primeiros anos enfrentava vigorosamente a herança cultural do Império. Entre continuidades e rupturas, Xavier da Veiga soube perceber as oportunidades do momento, abrindo espaço para o desenvolvimento de um desejo pelo passado local que havia sido sufocado pela grande historiografia política, sem, contudo, se esquecer das funções de fundamentação da nacionalidade que esse passado deveria simultaneamente assumir.

Certamente que não chegou a ser produzida uma outra história geral que rivalizasse com aquela deixada pelo IHGB e por Varnhagen, mas foi redimensionada a relação parte e todo no interior desse grande quadro. O Brasil só poderia assumir seu destino histórico se Minas Gerais o revelasse através da revisão de sua história local. Esse reordenamento das partes na história geral provocou também a revitalização de gêneros considerados menores, como a corografia e as efemérides, talhadas de longa data para satisfazer o desejo de tocar o passado que a experiência histórica do final do século colocava novamente na ordem do dia. E para onde, senão ao Arquivo, devemos ir se quisermos tocar o passado?

## Notas |

1. Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: \_\_\_\_\_. *Raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 85-117.

2. VARENIO [1650]. *Geografia General* (en la que se explican las propiedades generales de la Tierra). Edición y estudio preliminar de Horacio Capel. Tradução de Márcia Siqueira de Carvalho. Ediciones de la Universidad de Barcelona, 1980. Grifo nosso. Fonte: <http://www.geoci-ties.com/pensamentobr/varenius.html>

3. Cf. JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 127-176.

4. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCÓS, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 271-300.

5. Cf. KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos*: historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004. p. 156-165.

6. Diversos exemplos dessas relações tensas em torno da homogeneização que o esforço classificatório impõe podem ser encontrados na coletânea organizada por Oswaldo Munteal Filho e Mariana Ferreira de Melo, *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Fapemig/Governo do Estado de Minas Gerais, 2005.

7. MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*, 1837; e PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Capitania de São Pedro*, 1819, depois chamada, em nova edição de 1839, *Anais da Província de São Pedro*.

8. MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. *Revista do IHGB*, tomo XXVI, 1863, p. 122. O texto foi provavelmente escrito entre 1838 e 1839.

9. Cf. GREENE, Jack P. Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas. *Almanack Braziliense*, n. 4, p. 12-13, nov. 2006.

10. Anais da Câmara, 1827, tomo II, p. 86, *apud* SOUZA, Octavio Tarquinio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. v. 5, p. 107.

11. MATTOS. Dissertação acerca do sistema..., p. 122.

12. MOMIGLIANO. O surgimento da pesquisa antiquária, p. 85.

13. MATTOS. Dissertação acerca do sistema..., p. 123, grifo nosso.

14. Um sintoma das diferenças introduzidas na concepção da História geral como história nacional pode ser materialmente percebida na drástica redução do volume de informação descritiva entre o trabalho de Southey e a obra maior de Varnhagen.

15. Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Contributo all' Storia Classica e del Mondo Antico*. Rome: Edizione di Storia e Letteratura, 1955, *apud* POCOCCO, John G. A. *Barbarism and Religion II: narratives of civil government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 14-15.

16. ROMERO, Sílvio. Quadro sintético da evolução dos gêneros na literatura brasileira. In: \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980. v. 5, p. 1812.

17. *Ibidem*, p. 1586.

18. Cf. ARAÚJO, Valdeí Lopes de. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans-Ulrich Gumbrecht. *Varia História*, Belo

Horizonte, v. 22, n. 36, p. 314-328, jul./dez. 2006.

19. Cf. ARAÚJO, Valdeí Lopes de. O tribuno do povo e a estátua do Herói: breve estudo sobre as tradições políticas atuantes na Corte no Segundo Reinado. *Dia-Logos*, Rio de Janeiro, ano II, n. 2, p. 133-157, 1998.

20. ROMERO. Quadro sintético da evolução dos gêneros na literatura brasileira, p. 1550.

21. VEIGA, José Pedro Xavier da; *apud* GAMA, José Joaquim do Carmo. Comendador José Pedro Xavier da Veiga. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano XVI, v. I, p. 61, 1911.

22. VEIGA, José Pedro Xavier da. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano I, fascículo I, p. II, 1896.

23. Para esta definição de metanarrativa, ver POCOCCO. *Barbarism and Religion II*, p. 290.

24. VEIGA. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. I, grifo nosso.

25. *Ibidem*, p. V.

26. RICHARDS, Thomas. *The Imperial Archive*. Knowledge and the fantasy of Empire. New York: Verso, 1993. p. 1-2.

27. *Ibidem*, p. 4.

28. Cf. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

29. VEIGA. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro...*, p. III. Sobre essa intuição profética, cf. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário, p. 169, na passagem seguinte: "Thomas Huxley, em um ciclo de conferências proferidas para a difusão das descobertas de Darwin, definiu como 'método de Zadig' o procedimento que reunia a história, a arqueologia, a geologia, a astronomia física e a paleontologia: isto é, a capacidade de fazer profecias retrospectivas".

30. LANGLOIS, Ch.-V.; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1944. p. 15.

31. VEIGA, José Pedro Xavier da. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *Efemérides Mineiras: 1664-1897*. Introdução de Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves; pesquisa histórica Bruno Fagundes; leitura paleográfica e atualização ortográfica Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Centro de Estudos históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998. p. 50. Grifos do autor.

32. GAMA, José Joaquim do Carmo. Comendador José Pedro Xavier da Veiga. *Revista do Arquivo Público Mineiro...*, p. 61.

33. VEIGA. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro...*, p. IV.

34. AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, UERJ, v. 1, n. 1, p. 35-63, 2004.

35. REZENDE, Cássio Barbosa de. Prefácio. In: REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *O Brasil e o acaso, ou um bosquejo da nossa história*. Quase todo extraído da "História Geral do Brasil", de Varnhagen. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora A Noite, [s.d.]. p. 7.

36. Pronunciado em *A Ordem* em 30 de abril de 1891. Citado em GAMA, José Joaquim do Carmo. Comendador José Pedro Xavier da Veiga. *Revista do Arquivo Público Mineiro...*, p. 64.

37. Cf. BARTHES, Roland. O efeito do real. In: \_\_\_\_\_. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 184.

38. Cf. GINZBURG, Carlo. Ekphrasis e citação. In: \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

39. Sobre isso ver SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

**Bruno Franco Medeiros** é graduando em história pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e foi bolsista IC do projeto *História, Memória, Região e Identidade no Arquivo Público Mineiro: 1896-1913*, financiado pela Fapemig, 2005-2006.

**Valdeí Lopes de Araújo** é professor de Teoria da História na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Co-organizou o livro *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*, e defendeu em 2003, na PUC-Rio, a tese intitulada *A experiência do tempo. Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Coordenou o projeto *História, Memória, Região e Identidade no Arquivo Público Mineiro: 1896-1913*, financiado pela Fapemig, 2005-2006.